

O BRINCAR E SUA IMPLICAÇÃO PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

*Larissa Murari Santana*¹
*Rosimeire Duarte de Alcantara*²
*Prof.ª M.ª Vívica Camila Côrtes Porto*³

RESUMO

Este estudo tem como objetivo estudar os pressupostos teóricos e metodológicos sobre a importância dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento da criança na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, sendo fundamental analisar o papel do educador nos processos lúdicos e os benefícios que o brincar proporciona ao desenvolvimento integral da criança. A abordagem teórica está amparada em Vygotsky (1998), tendo a colaboração de Kishimoto (2011) para melhor entendimento sobre o assunto. Por meio das brincadeiras, os professores podem observar e constituir uma melhor visão sobre o desenvolvimento da criança, em conjunto ou individual. É preciso também conceituar o papel do docente nesse processo, e ainda, os benefícios que o brincar proporciona. Dessa forma, espera-se oferecer uma leitura mais consciente acerca da importância do brincar na vida da criança.

Palavras-chave: Brincadeiras. Jogos. Desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

This paper has the objective of study the theoretical and methodological assumptions about the meaning of games and plays in the child's development in Infant Education. It is about a bibliographical research of qualitative nature, being central analyze the role of the educator in the playful process and the benefits that playing provides to the integral child's development. The theoretical approach is supported by Vygotsky (1998), with the Kishimoto's (2011) collaboration to the better understood about the subject. Through the games and plays, the teacher can observe and make a better opinion about the child development, together and individually. It is needed also conceptualize the role of the educator in this process, and, the benefits that playing provides. In this way, it is expected to provide a more conscious reading about the meaning of playing in child's life.

Keywords: Games. Plays. Child development.

INTRODUÇÃO

Brincar pode ser mais complexo do que se imagina! De forma lúdica ou educativa, as brincadeiras influenciam no desenvolvimento infantil. O movimento, o comando, a expressão, os desafios de cada ação presente nos jogos e brincadeiras podem ser

¹ Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Multivix – Cariacica (ES).

² Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Multivix – Cariacica (ES).

³ Mestre em Educação, orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, professora do Curso Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Multivix – Cariacica (ES).

favoráveis ao desenvolvimento cognitivo, motor, linguístico, afetivo e social da criança.

O artigo em questão estuda o brincar e sua implicação para o processo de desenvolvimento infantil. Destacam-se a história da infância e o surgimento da Educação Infantil, bem como, os avanços na legislação voltada para esse público e as brincadeiras e jogos como instrumentos na ação pedagógica, visando o processo de ensino-aprendizagem.

Este artigo tem como objetivo estudar os pressupostos teóricos e metodológicos sobre a importância dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento da criança na Educação Infantil. Nesse sentido, busca identificar a relação existente entre ensino-aprendizagem e ludicidade em favor do aprender, compreendendo, assim, o papel do lúdico para o processo de desenvolvimento da criança.

Os jogos e as brincadeiras na Educação Infantil fazem com que a criança compreenda a constituição de regras, apreendendo seu significado para a vida em sociedade. Nesse sentido, ajuda a criança a lidar com conflitos; criar hipóteses de conhecimento; além de desenvolver a capacidade de compreender pontos de vista diferentes, de expressar a sua opinião em relação ao outro e, desenvolver a criatividade, imaginação, memória e abstração.

Por meio de diversas situações lúdicas o professor pode avaliar e prevenir futuros problemas no processo de ensino-aprendizagem. Os jogos e brincadeiras também são importantes para desenvolver na criança a capacidade criadora, pois esta se constitui nos relacionamentos e na perspectiva da lógica.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com base em livros e artigos acadêmicos, sendo fundamental para analisar o papel do educador nos processos lúdicos e os benefícios que o brincar proporciona ao desenvolvimento integral da criança. A abordagem teórica está amparada em Vygotsky (1998), tendo a colaboração de Kishimoto (2011) para melhor entendimento sobre o assunto.

1. A CRIANÇA E SUA INFÂNCIA A PARTIR DE UM CONTEXTO HISTÓRICO

A educação traz em si muitos desafios que se transformam ao longo do tempo. Muitas pesquisas já foram realizadas visando os avanços da educação, novas descobertas sobre aprendizagem e desenvolvimento, a construção de novos saberes, ou ainda, o armazenamento de antigas competências.

Por isso, não é novidade a relação que é traçada neste artigo que envolve o lúdico e o desenvolvimento infantil. No entanto, o que se apresenta é o grau de importância estabelecido aos pressupostos teóricos-metodológicos que abrangem a temática. Para esse fim faz-se necessário trazer a concepção ou a não concepção de criança e sua infância ao longo da história.

Segundo Ariès (1986), o período da velha sociedade tradicional mal via a criança. A infância durava apenas o momento em que a criança necessitava de cuidados básicos para sua sobrevivência. Após esse período, era misturada aos adultos e partilhava com eles os trabalhos e jogos. Assim, de criança ela se transformava em um homem adulto, sem passar pelas etapas da juventude.

O autor chama atenção para a transmissão de valores e conhecimentos e para a socialização da criança, que não eram assegurados e nem controlados pela família. A criança era logo afastada dos pais e, o que ela precisava aprender era ensinado por meio da observação junto aos adultos, na convivência e nos trabalhos diários.

A criança era vista como um “adulto em miniatura”, voltada para o trabalho, e não, para atividades tipicamente infantis. Como logo era afastada da família, não tinha oportunidade de conviver com os pais de forma saudável e, principalmente, de receber aprendizados de forma adequada (ARIÈS, 1986).

Nesse sentido, o autor aponta para a falta do sentimento relacionado à infância, visto que, a taxa de mortalidade entre os pequenos era muito alta. Para Ariès (1986, p.7):

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida,

enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.

Caso a criança sobrevivesse ao período da “paparicação”, superando os primeiros perigos, mesmo assim, passaria a viver em outra residência, longe da família (ARIÈS, 1986).

No século XV, a escola era reservada para a formação dos cléricos e ainda não atendiam a criança. Contudo, os padres passaram a não aceitar que a criança morresse sem o batismo, dando início à descoberta da possível alma infantil. A partir de então era “[...] como se as pessoas tivessem começado a descobrir a alma das crianças antes de seu corpo, sob a pressão das tendências reformadoras da Igreja” (ARIÈS, 1986, p.12).

Por volta dos séculos XVI, os responsáveis pela religião e educação começaram, então, a se preocupar e a ter interesses pela parte psicológica da criança. Surge o início do processo de criação das escolas voltadas para a Educação Infantil. A criança era colocada em espaços de cárcere onde estavam localizadas as escolas para que evitasse ao máximo o contato e a vivência com o mundo adulto.

Esse processo tornou-se defectivo no princípio, devido a não separação dos alunos por faixa etária. A instituição de ensino não limitava a criança e nem controlava o seu dia a dia. Quando chegavam ao fim da lição, cada um tinha que cuidar de si mesmo.

Essa promiscuidade das idades hoje nos surpreende, quando não nos escandaliza: no entanto, os medievais eram tão pouco sensíveis a ela que nem a notavam como acontece com as coisas muito familiares. Mas como poderia alguém sentir a mistura das idades quando se era tão indiferente à própria ideia de idade? Assim que ingressava na escola, a criança entrava imediatamente no mundo dos adultos. Essa confusão, tão inocente que passava despercebida, era um dos traços mais característicos da antiga sociedade, e também um de seus traços mais persistentes, na medida em que correspondia a lago enraizado na vida (ARIÈS, 1981, p.109).

No século XVII, junto à revolução industrial foi instituída a família moderna, que era dividida em casa, onde ficavam os membros da família, e, indústria, onde acontecia o trabalho.

Com o surgimento da máquina tipográfica aconteceu a propagação da leitura. Com isso, a sociedade passou a ser dividida entre pessoas que sabiam ler e as que não sabiam. Como a intenção era ensinar a criança a ler, aconteceu um grande aumento no volume de crianças presentes nas escolas. Nesse período, havia muito castigo, levando a muitas queixas. Com o passar do tempo as próprias famílias começaram a não aceitar os castigos físicos.

A partir de meados do século XIX algumas crianças deixaram de frequentar a escola para sobreviverem de mão de obra com valor ínfimo às fábricas têxteis, sendo propícia à exploração e não existindo nenhum controle das autoridades responsáveis, especialmente se tratando de crianças vindas de famílias carentes. A partir desses acontecimentos, houve discussões e foram formuladas leis para impedir a exploração do trabalho infantil.

Com isso, criaram medidas que auxiliaram na proteção da infância pobre e abandonada, por meio da criação de políticas sociais. A diminuição da mortalidade e natalidade infantil foi essencial para o fortalecimento do sentimento pela criança. Pode-se inferir que tal sentimento estava oculto na sociedade; porém, não se pode afirmar que a família negligenciava a criança.

Atualmente, em relação à criança, tem-se a ideia de proteção, mesmo sendo possível perceber a falta de existência desse cuidado em muitas situações. Essa nova etapa é marcada pelas novas ciências, como, a Psicologia, a Pedagogia e a Psicanálise. Surgiram também, os movimentos em defesa e preservação da infância, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A criança é concebida como sujeito de direitos, que participa da construção da sua subjetividade, sendo inserida num contexto sócio-histórico-cultural.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL E O DISCURSO LEGAL

A Educação Infantil surgiu a partir da necessidade de cuidar da criança, no período da Revolução Industrial, com a inserção das mulheres ao mercado de trabalho. As creches tinham o caráter assistencialista, desvinculado do educar, apenas ligado ao cuidar.

A partir da década de 1980, inicia-se o processo de valorização da Educação Infantil. Nesse período, ocorreram estudos e pesquisas com a finalidade de discutir a importância da creche e da pré-escola. Por meio de reivindicações, movimentos sociais, discussões em fóruns, entre outros, chegou-se a questão da universalização da Educação, como direito de todos.

Em consequência desse processo de valorização da Educação Infantil, foram vigoradas diversas leis com a intenção de fazer valer a importância de cuidar e educar de maneira indissociável, contemplando, assim, o desenvolvimento integral da criança.

A primeira lei que trata da Educação Infantil, foi promulgada na Constituição de 1988, na qual aparece da seguinte forma:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

IV - Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

No ano de 1990, foi reafirmado os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O art. 54, IV, do ECA previa que as crianças de 0 a 6 anos de idade deveriam ter direito de atendimento em creche e pré-escola.

Em 1994, foi publicado o documento Política Nacional de Educação Infantil, que determinou um aumento no número de vagas voltadas para a Educação Infantil,

garantindo maior qualidade no atendimento às crianças, com a capacitação dos profissionais dessa área.

Com a promulgação da Emenda Constitucional em 1996, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O artigo 62 foi o primeiro a estabelecer que o profissional da Educação Infantil deveria ter uma formação, conforme descrito abaixo.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996).

Na LDB foi dado um destaque inédito à Educação Infantil, tratando na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), os seguintes termos:

Art. 29 A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A Educação Infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré – escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece as diretrizes, metas e estratégias da educação, conforme abaixo.

O artigo 2º diz que as diretrizes são: a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, a melhoria da qualidade da educação e a valorização dos (as) profissionais da educação (BRASIL, 2014).

A meta do PNE é universalizar a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

Esse documento estabelece como estratégia, preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e, a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno (a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.

Retroceder às conquistas do discurso da lei não é mais opção da sociedade. Todavia, avanços legislativos são necessários e urgentes a fim de garantir que todas as crianças tenham acesso de qualidade e consigam permanecer no espaço-tempo da educação, tendo suas especificidades consideradas em seu processo de desenvolvimento.

3. BRINCADEIRAS E JOGOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Brincar, segundo o dicionário Ferreira (2003), é “[...] divertir-se, recrear-se, entreter-se, distrair-se, folgar, [...] entreter-se com jogos infantis”, ou seja, o brincar é um desses verbos que não pede muita explicação semântica ou morfológica.

O brincar é definido pela imaginação e criação da criança, sendo propício ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, Vygotsky e Leontiev (1998, p.23) afirmam que jogo e brincadeira “[...] permitem ao aluno criar, imaginar, fazer de conta, funcionam como laboratório de aprendizagem, permitem ao aluno experimentar, medir, utilizar, equivocarse e fundamentalmente aprender”.

Nas brincadeiras, a criança consegue construir uma ponte entre a fantasia e a realidade, sendo capaz de:

[...] lidar com complexas dificuldades psicológicas através do brincar. Elas procuram integrar experiências de dor, medo e perda. Lutam com conceitos de bom e mal. O triunfo do bem sobre o mal dos heróis protegendo vítimas inocentes é um tema comum na brincadeira das crianças (KISHIMOTO, 2011, p. 74).

A palavra jogo, segundo o dicionário Ferreira (2003), significa “[...] exercício ou passatempo entre duas ou mais pessoas das quais uma ganha, e a outra, ou as outras, perdem; divertimento; exercício”.

Porém, segundo Kishimoto (2011), não é tarefa fácil definir o jogo, pois cada pessoa pode entender de forma diferente o significado da palavra. Brougère (1981; 1993) e Henriot (1983; 1989), apontam que o termo jogo possui três níveis de diferenciação: 1) o resultado de um sistema linguístico que funciona dentro de um contexto social, ou seja, a imagem de um determinado jogo se constrói de acordo com o modo de vida e os valores em que a criança está inserida e é expressada por meio da linguagem; 2) um sistema de regras, sendo assim, o jogo é formado por um sistema de regras que o identifica; e, 3) o objeto propriamente dito (KISHIMOTO, 2011).

A autora relata que, o jogo pode receber várias denominações, como: jogo imaginativo, jogo de faz de conta, jogo de papéis ou jogo sociodramático. Sendo que o destaque está “[...] na “simulação” ou faz de conta, cuja importância é ressaltada por pesquisas que mostram sua eficácia para promover o desenvolvimento cognitivo e afetivo-social da criança” (KISHIMOTO, 2011, p. 64).

Kishimoto afirma que, “[...] as situações de jogo são consideradas como parte das atividades pedagógicas, porque são elementos estimuladores do desenvolvimento” (KISHIMOTO, 2011, p. 87).

Ao permitir a manifestação do imaginário infantil, por meio de objetos simbólicos dispostos intencionalmente, a função pedagógica subsidia o desenvolvimento integral da criança. Nesse sentido, qualquer jogo empregado na escola, desde que respeite a natureza do ato lúdico, apresenta caráter educativo e pode receber também a denominação geral do jogo educativo (KISHIMOTO, 1994, p. 22).

Portanto, qualquer jogo proposto na escola pode educar e contribuir para o processo de aprendizagem da criança, porém esses jogos devem ser feitos de forma lúdica. Além disso, o jogo pode fazer com que a criança aflore o imaginário. Esse conjunto, de manifestação do imaginário e do auxílio da aprendizagem, permite que o desenvolvimento da criança aconteça de forma integral.

Nesse sentido, cabe salientar que o espaço-tempo da Educação Infantil deve ser recheado de atividades lúdicas com intencionalidade voltada para o desenvolvimento da criança. Tal proposta, deve ser conduzida pelo professor de forma que a criança perceba que brincadeiras e jogos possuem regras e que devem segui-las e/ou (re)criá-las. Além disso, o educador deve propor atividades que estimulem a imaginação infantil, potencializando, também, os momentos de brincadeiras livres.

A Educação Infantil é de grande importância na vida da criança. Compreender que o indivíduo está em constante processo de aprendizagem, facilita o trabalho pedagógico, assim como, o papel da família presente nesse espaço. Além disso, faz-se necessário compreender a criança como sujeito que tem vontades e decisões individuais; tem conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos de acordo com suas experiências, em contato com o outro.

Brincadeiras e jogos devem ser concebidos como ferramentas metodológicas que podem auxiliar o trabalho do professor. Existem tipos de jogos que ajudam a estimular a capacidade da imaginação, há outros que fazem com que as crianças tenham um contato com regras. “O jogo é uma atividade estruturada, parte de um princípio de regras claras, de fácil entendimento” (KISHIMOTO 2011, p. 15).

O objeto brinquedo é o que traz vida à brincadeira, estimulando a criança a desenvolver sua imaginação. Não é necessário que sejam brinquedos produzidos em grandes empresas do ramo, visto que para a criança qualquer material, até mesmo o reciclável, pode se transformar em fascinantes brinquedos.

Para Kishimoto (2011), o brinquedo estimula a representação, a expressão de imagens que evocam aspectos da realidade. Através do brinquedo a criança cria as reproduções do cotidiano e de tudo o que está a sua volta, tendo como um dos seus objetivos “[...] dar a criança um substituto dos objetos reais, para que possa manipulá-los” (p. 20).

Para um bom desenvolvimento, as crianças precisam aprender umas com as outras através de vínculos que são estabelecidos, despertando a interação e aprendizado. A aprendizagem cria forma no momento em que há interação, seja com outra

criança ou com adultos. Segundo Vygotsky (1987, p.101) “[...] o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que de outra forma, seriam impossíveis de acontecer”.

Por meio do lúdico, das brincadeiras e jogos, a criança significa o mundo ao seu redor. Desenvolve a imaginação, expõe sentimentos, ideias, valores. Nesse sentido, a criança consegue se expressar, apresentar conflitos, interagir, vivenciar, experimentar. O mundo real passa a ser (re)significado por meio do brincar, potencializando novas descobertas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa bibliográfica realizada foi possível aprofundar o referencial teórico-metodológico sobre o brincar e suas implicações para o processo de desenvolvimento infantil. A criança hoje concebida como sujeito sociohistórico impulsiona a busca por avanços nas discussões em torno de políticas públicas que visem à garantia permanente de seus direitos.

A partir da conceituação dos termos brincar e jogar, entende-se o quanto esses processos, quando trabalhados de forma lúdica, são importantes para o desenvolvimento da criança inserida no espaço-tempo da Educação Infantil. Tais processos permitem o desenvolvimento da imaginação e do o faz de conta. A criança descobre que no mundo há regras, assim como existem nos jogos e nas brincadeiras. Além disso, possibilita que a criança construa uma ponte entre a fantasia e a realidade.

Sendo assim, a criança que está inserida nesse espaço de educação e cuidado, deve ser a todo o momento estimulada pelo professor por meio do lúdico. Brincadeiras e jogos são ferramentas sérias quando trabalhadas de forma intencional visando ao desenvolvimento cognitivo, motor, linguístico, afetivo e social da criança.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P.. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8069, de julho de 1990.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Infantil**. 1994. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2017.

_____. Ministério da Educação e Desporto. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1996.

_____. Ministério da Educação e Desporto. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

_____. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

FERREIRA, A. B. H. de.. **Mini Aurélio Escolar Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2003.

KISHIMOTO, T.M. **O jogo e a Educação Infantil**. São Paulo: Editora Pioneira, 1994.

_____. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011

VYGOTSKY, L.S.. **Pensamento e linguagem.** São Paulo. Martins Fontes, 1987.

_____. **A Formação Social da Mente.** 6ª ed. São Paulo, SP. Martins Fontes Editora LTDA, 1998.

_____; LEONTIEV, A.. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Edusp, 1998.